

UNIPER
Sel.

B R A S I L

1. Quantas escolas, professores e alunos existem?

Ensino Primário Comum

Pessoas recenseadas de 7 a 14 anos, que freqüentam escola:

Total: 9.239.018

Pessoas recenseadas de 7 a 14 anos, que não freqüentam escola:

Total: 4.695.810

Fonte: Resultados preliminares do censo escolar - 1964

MEC - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, in
Anuário Estatístico do Brasil - 1965.

- Os dados sobre unidades escolares, corpo docente e matrícula geral para o ensino primário comum, publicados no Anuário Estatístico do Brasil - 1965, referentes a 1963, estão incompletos, não havendo indicação do total do Brasil.

O Anuário Estatístico do Brasil - 1964 apresenta os seguintes dados para o ensino primário comum-1962:

Unidades escolares: 105.525

Corpo docente : 273.059

Matrícula geral : 8.535.823

Ensino Médio - 1963

Ensino médio em geral - Dados definitivos

Cursos: Ginasial 5.112

Colegial 3.228

Total Geral 8.339

Corpo docente: Ginasial. . . . 77.319

Colegial. . . . 43.251

Total Geral 120.570

Matrícula: Ginasial 1.322.993

Colegial 396.596

Matrícula geral 1.719.589

ENSINO MÉDIO, SEGUNDO OS RAMOS

	Ensino Secundário	Ensino Comercial	Ensino Industrial	Ensino Agrícola	Ensino Normal
Cursos:					
Gin.	3.713	744	162	49	444
Col.	894	984	145	33	1.171
Total	4.607	1.728	307	82	1.615
Corpo Docente					
Gin.	59.637	8.884	3.971	714	4.113
Col.	14.904	10.634	2.677	667	14.369
Total	74.541	19.518	6.648	1.381	18.482
Matrícula Geral:					
Gin.	1.089.778	152.139	36.546	5.865	38.665
Col.	156.347	109.115	18.807	2.442	109.885
Total	1.246.125	261.254	55.353	8.307	148.550

Ensino Médio - 1964

Ensino médio em geral - Dados preliminares

Cursos: Ginásial 5.298

Colegial 3.294

Total Geral 8.592

Matrícula: Ginásial. . .1.453.671

Colegial. . . 439.040

Total Geral. 1.892.711

ENSINO MÉDIO, SEGUNDO OS RAMOS

	Ensino Secundário	Ensino Comercial	Ensino Industrial	Ensino Agrícola	Ensino Normal
Cursos:					
Gin.	3.886	735	177	56	444
Col.	889	1.004	154	35	1.212
Total	4.775	1.739	331	91	1.656
Matrícula Geral:					
Gin.	1.200.935	155.217	46.127	7.193	44.199
Col.	167.242	114.819	22.692	3.102	131.185
Total	1.368.177	270.036	68.819	10.295	175.384

Ensino SuperiorDados definitivos - 1963

<u>Cursos:</u> de Graduação	1.227
de pós-graduação e especialização	58

<u>Corpo docente:</u> Cursos de Graduação	28.944
Cursos de pós-graduação e especialização	859

<u>Matrícula Geral:</u> Cursos de Graduação	124.214
Cursos de pós-graduação e especialização	2.191

Dados preliminares - 1964

<u>Cursos:</u> de Graduação	1.257
de pós-graduação e especialização	52

<u>Matrícula Geral:</u> Cursos de Graduação	142.386
Cursos de pós-graduação e especialização	1.895

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil - 1965.

2) São suficientes?

Não.

Para exame do assunto consultar:

- Censo escolar do Brasil - 1964
- Abreu Jayme - Escola média no século XX: um fato novo em busca de caminhos, in Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - INEP - nº 83
- Idem - Educação e desenvolvimento - uma colocação do problema na perspectiva brasileira - idem, nº 91
- Idem - Perspectiva para a escola média no desenvolvimento brasileiro - idem, nº 94.

- Sinopse estatística do ensino médio - 1964 - Apresentação - Serviço de Estatística da Educação e Cultura - MEC
- Sinopse estatística do ensino superior - 1964 - Apresentação - Idem.

3) De onde provêm os recursos para mantê-las?

Das três órbitas oficiais - federal, estadual e municipal, e da órbita particular.

4) Qual a contribuição da iniciativa privada?

A especificação da receita e despesa com o ensino feita pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura do MEC data de 1961 (Sinopse):

I - Particular

A) Ensino Elementar

Receita dos estabelecimentos, segundo a origem:

Brasil

Nº de estabelecimentos informantes: 8.385

Nº de alunos matriculados : 956.930

Nº de professores : 25.324

Receita (Cr\$1.000):

Total - 5.942.179

Da União: 234.442

Do Estado: 264.780

Do Município: 58.195

De entidades particulares 2.346.959

De matrículas e anuidades 3.037.803

Despesas (Cr\$1.000):

Total - 4.480.916

Pessoal docente: 1.679.388

Pessoal de direção: 334.437

Outros funcionários	415.699
Material	144.504
Auxílio ao estudante.	203.584
Obras	657.076
Outras despesas	1.046.228

B) Ensino Médio

Receita dos estabelecimentos, segundo a origem:

Brasil

Nº de estabelecimentos informantes:	2.724
Nº de alunos matriculados :	816.914
Nº de professores :	44.638

Receita (Cr\$1.000):

Total - 9.550.107

Da União:	353.948
Do Estado:	275.608
Do Município:	72.734
De entidades particulares:	2.572.492
De matrículas e mensalidades: . .	6.275.325

Despesas (Cr\$1.000):

Total - 8.675.160

Pessoal docente	3.695.716
Pessoal de direção.	630.340
Outros funcionários	870.554
Material	594.757
Assistência ao estudante.	121.339
Bôlsas de estudo	543.455
Realização de cursos.	22.977
Obras	1.188.608
Outras despesas	1.007.414

Os dados acima foram transcritos a título de exemplo; caso apresentem interesse, consultar os outros quadros na Sinopse: Despesas com o ensino - 1961 - SEEC - MEC.

O Anuário Estatístico do Brasil - 1965 apresenta apenas os seguintes quadros da "Despesa pública com o ensino e a cultura":

1. Especificação da despesa do Ministério da Educação e Cultura, segundo as categorias econômicas e funções - 1964.

2. Despesa fixada e realizada do Ministério da Educação e Cultura à conta dos Fundos Nacionais de Ensino, segundo o grau e as Unidades da Federação - 1964.

— Em anexo, o trabalho de Jayme Abreu: "Gastos públicos orçados para a educação no Brasil, 1965. Uma aproximação preliminar", in Boletim Informativo do CBPE, nº 102, janeiro, 1966, pág. 21.

5. Que órgãos estatais planejam e organizam a educação?

No âmbito federal, o Conselho Federal de Educação e, no estadual, os Conselhos Estaduais de Educação têm, dentre as suas atribuições, a de sugerir medidas para organização e funcionamento do sistema federal e estadual de ensino, respectivamente; adotar ou propor modificações e medidas que visem à expansão e ao aperfeiçoamento do ensino.

Ver: Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Título IV - Da administração do ensino, e Título V - Dos sistemas de ensino.

6. Que outros organismos contribuem? Em que setores?

É importante assinalar a presença de órgãos de pesquisa e planejamento na estrutura administrativa dos serviços de educação no país; assim, na área federal, o Centro Brasileiro e os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais, cujos objetivos são descritos no folheto anexo.

Acrescente-se, ainda, a relevância de certas medidas tomadas pelo Governo Federal para o estudo e debate de problemas de educação no país, como a realização das Conferências Nacionais de Educação, tendo ocorrido, de 26 a 30 de abril de 1966, a 2ª, em Porto Alegre.

Também a presença de associações de educadores, mantidas por entidades particulares, tem contribuído para o estudo sério dos problemas de educação e ensino no Brasil.

7. Qual a organização geral do MEC e dos órgãos estaduais?

A organização do MEC apresenta, em linhas gerais, a estrutura definida pela Lei nº 378, de 13-1-1937, a que foram introduzidas várias modificações através dos anos.

Os principais órgãos componentes do MEC são:

Gabinete do Ministro

Órgãos de direção

I - Órgãos de Administração Geral

A - Departamento de Administração

- 1 - Divisão de Pessoal
- 2 - Divisão de Material
- 3 - Divisão de Orçamento
- 4 - Divisão de Obras
- 5 - Seção de Organização
- 6 - Serviço de Administração da Sede
- 7 - Serviço de Comunicações
- 8 - Serviço de Transportes
- 9 - Contadoria Secional
- 10 - Tesouraria

II - Órgãos de Administração Especial

A - Serviço de Estatística da Educação e Cultura

B - Departamento Nacional de Educação

- 1 - Divisão de Educação Física
- 2 - Divisão de Educação Extra-Escolar
- 3 - Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro
- 4 - Campanha Nacional de Material de Ensino
- 5 - Campanha Nacional de Merenda Escolar
- 6 - Conservatório Nacional de Canto Orfeônico

C - Diretorias de Ensino

- 1 - Diretoria do Ensino Superior
- 2 - Diretoria do Ensino Secundário
- 3 - Diretoria do Ensino Comercial
- 4 - Diretoria do Ensino Industrial

III - Órgãos Complementares

- 1 - Biblioteca do MEC
- 2 - Seção de Segurança Nacional
- 3 - Serviço de Documentação
- 4 - Serviço Jurídico

Órgãos de execução

I - Instituições de educação escolar

- 1 - Colégio Pedro II
- 2 - Escola Técnica Nacional
- 3 - Instituto Nacional de Educação de Surdos
- 4 - Instituto Benjamin Constant
- 5 - Instituto Nacional de Cinema Educativo
- 6 - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

II - Instituições de educação extra-escolar

- 1 - Instituto Nacional do Livro
- 2 - Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais
- 3 - Museu Imperial
- 4 - Museu Histórico Nacional
- 5 - Museu Nacional de Belas Artes
- 6 - Casa de Rui Barbosa
- 7 - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- 8 - Biblioteca Nacional
- 9 - Observatório Nacional
- 10 - Serviço Nacional de Bibliotecas
- 11 - Serviço Nacional de Teatro
- 12 - Serviço de Radiodifusão Educativa
- 13 - Museu Nacional
- 14 - Museu Vila-Lobos

Órgãos de cooperação

- 1 - Conselho Federal de Educação
- 2 - Comissão Nacional do Livro Didático
- 3 - Comissão Nacional de Belas Artes
- 4 - Conselho Nacional de Serviço Social
- 5 - Conselho Nacional de Desportos

(Para maiores detalhes, ver "Organização do MEC", in Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - INEP - nº 80).

Os serviços de educação, nos Estados, estão entregues à Secretaria de Educação (cuja denominação mais freqüente é a de Secretaria de Educação e Cultura) e, nos Territórios, à Divisão de Educação. Apesar da diversidade na composição, os órgãos que compõem as Secretarias podem ser dispostos em:

- a) consultivos, dos quais o Conselho Estadual de Educação, presente em todas, é o mais importante;
- b) de administração geral, a que se ligam serviços de pessoal, material, orçamento, obras;
- c) de administração especial, sendo aí freqüente a presença de um Departamento de Educação, a que se filiam as Divisões ou Superintendências de Ensino Primário, Médio, etc.; e de um Departamento de Cultura, com serviços diversos.

8. Que é SENAI, SENAC?

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), criado pelos Decretos-leis 4.048, de 22/1/1942 e nº 4.936, de 7/11/1942, sob jurisdição do Ministério da Educação e Cultura, é mantido e administrado pela Confederação Nacional da Indústria.

Para esse fim, as empresas industriais contribuem mensalmente, e de forma compulsória, com uma importância equivalente a 1% do montante das respectivas fôlhas de pagamento. Não há contribuição financeira dos empregados, nem do poder público.

Os recursos arrecadados em cada região administrativa do SENAI não aplicados em benefício da própria região, com exceção de uma pequena parcela destinada à administração nacional e a auxílio a órgãos regionais sediados em regiões de fraco desenvolvimento industrial.

O SENAI é composto de órgãos regionais sediados nos Estados e administrados por Conselhos constituídos de representantes da indústria, do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho. A presidência de cada Conselho Regional cabe ao próprio presidente da Federação de Indústrias local.

O mais alto órgão deliberativo do SENAI é seu Conselho Nacional, presidido pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria. Na es-

fera executiva, o órgão dirigente máximo vem a ser o Departamento Nacional, com funções normativas e de coordenação geral.

A direção dos Departamentos Regionais e do Nacional é exercida por diretores escolhidos pelos presidentes dos respectivos Conselhos e nomeados pela presidência do Conselho Nacional.

O objetivo precípua do SENAI é a formação profissional de aprendizes menores de 14 a 18 anos, admitidos pelas indústrias e matriculados em 117 escolas de aprendizagem existentes no país, das quais 34 localizadas na 6ª Região, com sede em São Paulo. Além da preparação de aprendizes, o SENAI promove a formação intensiva e o aperfeiçoamento de operários adultos, inclusive de mestres, contramestres, supervisores e técnicos.

O SENAI ministra aprendizagem em cerca de 80 ofícios diferentes, entre os quais preponderam os relacionados com as indústrias prioritárias, como as mecânicas (construção, manutenção e reparação de máquinas e de veículos automotores), do material elétrico, mobiliário, artes gráficas e construção civil.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC - criado nos termos do Decreto-lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, para promover a elevação do nível técnico profissional do empregado no comércio, é entidade de direito privado, com sede e fôro na Capital da República, e tem por objetivo promover:

- a) a organização e manutenção no território nacional, de escolas de aprendizagem para o trabalhador menor que exerce atividade em estabelecimento comercial;
- b) a organização e a manutenção de cursos práticos ou de continuação e de especialização para o trabalhador adulto do comércio;
- c) a orientação e seleção profissional do trabalhador no comércio;
- d) a concessão de bolsas para prosseguimento de estudos, aperfeiçoamento ou especialização profissional a trabalhador no comércio;
- e) a colaboração na obra de difusão e aperfeiçoamento do ensino comercial de formação e do ensino superior imediato que com ele se relacionar diretamente;
- f) o desenvolvimento da pesquisa tecnológica de interesse para o comércio;
- g) o auxílio material e técnico a instituições ou empreendimentos que visem ao aperfeiçoamento educacional e cultural da coletividade.

O SENAC comprehende:

I - Administração Nacional (AN) que se compõe de:

- a) Conselho Nacional (CN) - órgão de deliberação coletiva com o encargo do planejamento e da coordenação geral da ação do SENAC;
- b) Departamento Nacional (DN) - órgão de execução das resoluções do CN, com função de aplicar o Plano Geral de Ação do SENAC e de verificar os seus resultados;
- c) Comissão de Supervisão Nacional (CSN) - órgão de supervisão, controle e fiscalização geral da ação do SENAC;
- d) Conselho Fiscal (CF) - órgão de fiscalização financeira.

II - Administrações Regionais (AA RR) que se compõem de:

- a) Conselho Regional (CR) - órgão deliberativo da AR;
- b) Departamento Regional (DR) - órgão executivo da AR.

- - -

Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

Serviço de Documentação e Intercâmbio

maio, 1966.

/ma.